



ATA DA 543ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO XIV PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª

REGIÃO. Aos sete dias do mês de dezembro do ano de 2013 iniciou-se, às dezenove horas, a 543ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região. **Presenças os conselheiros:** Alexandre Nabor Mathias França, Alexandre

Trzan Avila, André Souza Martins, Denise da Silva Gomes, Fátima dos Santos Siqueira Pessanha, Janaina Sant'Anna Barros da Silva, Janne Calhau Mourão, José Novaes, Juliana Gomes da Silva, Juraci Brito da Silva, Luciana Affonso Gonçalves, Maria da Conceição Nascimento, Marília Alvares Lessa, Patrick Sampaio Braga Alonso, Priscila Gomes Bastos, Simone Garcia da Silva, Vanda Vasconcelos Moreira e Viviane Siqueira Martins; **Faltas justificadas:** Agnes Cristina da Silva Pala, Analicia Martins de Souza, Andris Cardoso Tibúrcio, Cláudia Simões Carvalho, Cristiano Rodrigues de Freitas, José Henrique Lobato Vianna, Luciana Vanzan da Silva, M Helena do Rego Monteiro de Abreu, Mária

Ferreira Amêndola, Maurílio Machado Marchi, Neide Regina Santos Ruffeil e Rodrigo Acioii Moura; **1) PONTOS DE PAUTA; 2) INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES; 1) Pontos de Pauta: 1.1. Calendário para as próximas Reuniões Plenárias:** Jose Novaes aponta a necessidade de se marcar as próximas reuniões. **Deliberação:** aprovadas as seguintes datas: 24 e 25 de janeiro; 21 e 22 de fevereiro e 21 e 22 de março; **1.2. Fórum Internacional de Direitos Humanos:** Alexandre França lembra a sua colocação na reunião anterior sobre a importância do Conselho

enviar um representante para trazer as informações que serão explanadas no evento e acrescenta que achou melhor que a votação ocorresse hoje por causa das informações que trouxe sobre o mesmo; Janne comenta que na época não tinha muita informação para julgar a pertinência da participação, mas julga que situação mudou e que foram apresentados dados palpáveis da importância desta; Viviane e Cristiano corroboram a colocação; Marília acrescenta que o melhor é que hajam representantes que possam aprofundar e que talvez tenham outros temas para acrescentar à política desse Plenário; considera que é diferente um conselheiro estar num espaço de discussão e que possa trazer

na volta a mesma para o grupo; Janne lembra a articulação que o Alexandre já tem feito; Alexandre França informa que o Conselho Federal, o Regional da Bahia e de São Paulo já confirmaram que estarão presentes no Fórum; Priscila informa sobre a discussão a respeito dos testes rápidos de HIV e Alexandre França complementa que já no ano que vem o Kit para o teste estará disponível nas farmácias, mas estão lutando para que haja um telefone de atendimento gratuito nesses testes com uma equipe multidisciplinar de apoio; Priscila informa que o CFP não permite (informação divulgada em Nota Técnica) que o psicólogo esteja inserido e tem receio que as pessoas dos grupos de risco que

façam uso desse teste não tenham apoio no caso do resultado positivo e que não se tem ideia do impacto que se causará; Alexandre França diz que, antes da Nota Técnica ser construída foi decidido que toda a equipe envolvida deve passar por um processo de treinamento que está ligado à Prefeitura; Priscila encerra levantando a sua preocupação com o uso do teste rápido como forma de atribuir caráter negativo ao direito sexual; **Deliberação:** após votação, com resultado unânime, Plenário referencia a ida do Conselheiro Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345) ao I Fórum Mundial de Direitos Humanos, que ocorrerá em Brasília de dez a treze de dezembro. **1.3.**

Reunião de Funcionários e Contratenação de Final de Ano: Marília anuncia a pretensão de se realizar outra reunião de funcionários no dia vinte de dezembro, seguida de uma festa, e vai recolher fundos dos Conselheiros para tanto; informa ainda que a base de contribuição seja de vinte reais; José Novaes complementa que, apesar de se ter sido estabelecido um mínimo, cada um pode trazer a sua contribuição e informa que trará os espumantes; sugere-se que a reunião ocorra das dezesseis às dezessete horas e que a festa continue a partir desse horário; Janaina sugere a



contratação de um DJ, que deve custar em torno de trezentos reais e, dividindo entre os conselheiros, serão dez reais para cada um; Alexandre Trzan considera o valor alto; Janne vota pelo DJ e Luciana e Priscilla corroboram com a votação. **Deliberação:** Plenário referenda a ocorrência da Reunião de Funcionários no dia vinte de dezembro, às dezesseis horas, seguida de festa de confraternização; referendada também a contratação do DJ, que deve ser efetuada pela Conselheira Janaina. **1.4. Lançamento do Livro "A Verdade Revolucionária":** Marília informa que durante o Fórum, em Brasília, haverá o lançamento do livro e será entregue um prêmio; acha que será muito importante que o Alexandre França participe; informa que há a necessidade de se inscrever e que ele deve verificar isso na segunda; finaliza informando que o único Regional que não participou da feitura do livro foi o CRP-RJ; Alexandre Trzan explica que a não participação do CRP-RJ foi devido a alguns desencontros; informa que a psicóloga Giovanna Marafon começou a fazer parte desse grupo e trouxe o informe, mas não o encaminhou; que algumas conselheiras da gestão passada estiveram com os informes em mãos, mas devido aos desencontros perdeu-se o prazo; Janne informa que em janeiro participou de uma oficina para mobilização e percebeu o comprometimento do CRP-RJ; continua informando que três outros regionais mudaram de atitude e por causa de uma análise crítica e que ficamos de fora; José Novaes encerra dizendo que o principal motivo não foi apenas por haver opiniões críticas, mas por ser uma época conturbada do final de dois mil e doze, quando houve a saída de vários conselheiros do XIII Plenário, um dos motivos para se perder o prazo; **Sem deliberação; 1.5. Continuação da Discussão dos pontos de pauta da APAF: Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças:** José Novaes inicia com o ponto 3.4 – GRUPO DE TRABALHO PARA EVIDENCIAR A RESOLUÇÃO CFP 18/2002, fazendo a leitura do documento de pauta; após a leitura, informa que a resolução tem dez anos e o grupo de Trabalho, iniciado pelo Conselho Regional da segunda região, inclui os regionais da Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro e Amazonas; as reuniões são telefônicas, onde são efetuados os diálogos sobre o tema; informa que a APAF será o ponto de encontro para que se tome ciência das ações e mapeamento realizados pelo Grupo de Trabalho; Conceição informa que haverá reunião esta semana; que as ações foram aprovadas na APAF de maio; que a campanha ocorreu em termos, mas o material não chegou aos Regionais; que foi elaborado um esboço a partir de pesquisa realizada, mas o texto da pesquisa ainda não foi esmiuçado; informa que a orientação é muito incipiente e que não houve prazo para aprofundar; continua comentando que foi organizada uma oficina sobre o racismo institucional, que teve adesão do sistema Conselhos, mas que acabou não acontecendo; informa que insistirá nesse ponto por ser um trabalho que ajuda bastante a discussão da temática (como é e porque a situação faz com que isso não mude) e sugerirá que outros regionais possam realizar a oficina; continua informando que o programa já foi discutido em Salvador e encerra com informes da reunião que ocorrerá no dia treze desse mês, que terá como ponto a palestra com tema de relações raciais, que essa semana será lançada uma consulta pública para os psicólogos sobre o assunto (o documento já está pronto com as práticas dos psicólogos que trabalham com a questão para se criar uma referência) e que foi marcado um debate online, no CREPOP de Brasília, em janeiro, sobre o tema (haverá encontro presencial também); Janne afirma a importância de defender na APAF a continuidade do grupo de trabalho e complementação das ações; José Novaes pergunta qual é o argumento para se defender essa continuidade e lembra da necessidade de ter-se uma argumentação forte para tanto; Janaina lembra que mais da metade das ações não foram cumpridas e Novaes aponta que o grupo de trabalho é para programar as ações; Conceição informa que a implementação das ações não cabe ao GT, mas sem o mesmo não se pode garantir que isso



ocorrerá; complementa que o GT serve para fomentar e provocar o Sistema Conselhos para implementar as ações; Jane levanta que o nome racismo institucional assusta; diz que a ação é a naturalização de uma atitude que acaba se cristalizando e acha que o nome poderia ser amenizado; Luciana comenta que a legitimação do racismo institucional não é percebida, por ter se tornado natural; Viviane aponta que no Brasil existe um degrau de cores antes de chegar ao negro; Conceição afirma que o conceito possui quase dez anos, o que significa o fracasso das instituições em promover ações efetivas, por conta da precariedade da população; continua dizendo que as políticas públicas não conseguem superar a situação do racismo e as práticas continuam sem que se perceba e atravessam questões que não foram elaboradas, ações que reforçam situações de desigualdade, e por isso considera que a oficina é um dispositivo para trazer à tona os pontos que não se vê; Juraci diz que é uma questão de entendimento quando se fala em instituição, pois a vida é o racismo acontece nas relações humanas; afirma que por isso não consegue entender o termo; José Novaes coloca que a vida é institucionalizada, mas não é institucional e afirma que as mais violentas e que mais produzem ações que contribuem para o fortalecimento do racismo são as instituições públicas; Juliana complementa que a instituição tem o dever de trabalhar essas questões; que o país em si não é racista, mas o racismo é invisível e se deve criar ações para que se enxergue a situação de ser negro no Brasil; Alexandre Franca afirma que é através da relação com o outro que se cria a noção de comunidade e que se começa a dar valor ao outro, mas isso não é trabalhado nas escolas ou na sociedade; comenta que quando se fala em questões como a cota, no Brasil não se tem uma paridade entre brancos e negros, já que oitenta por cento da população é de mestiços; continua afirmando que está institucionalizado na cultura a inferiorização dos negros, que geralmente recebem a menor renda e menos privilégios e finaliza dizendo que enquanto a população possui essa mentalidade se faz necessário trabalhar ações para essa questão; Luciana divide que desde que a Conceição trouxe esse tema, verteu uma escuta diferente e percebeu que havia muito conceito e pouca ação; assim, criou uma brinquedoteca móvel, com bonecos de todas as cores e formatos, para que as crianças possam lidar com as diferenças. Jane sugere que Luciana traga o trabalho na próxima Mostra de Práticas. **Sem deliberação;** José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 5 - FOLHA DE RESPOSTA DE TESTES PSICOLÓGICOS ADAPTADAS À LEITURA ÓPTICA; Alexandre Trzan informa que conhece o ponto e Jane complementa que tange outros pontos; Janaina solicita um esclarecimento, pois participou de reunião com psicólogos de recursos humanos das forças armadas e soube que a Polícia Militar criou uma por conta própria para avaliar os testes quantitativos; que os candidatos que vão buscar o resultado ficam sabendo que não existe manual para esse tipo de correção; lembra que a Vivian fez sutilmente essa consulta e acha que a avaliação do Sistema Conselhos deve ser mais criteriosa como forma de provocar o SATepsi a discutir a questão; José Novaes informa que o Conselheiro Cristiano estará presente na APAF com esse material e Juraci confirma; Janaina complementa que, se houver possibilidade, se levante a questão da publicação dos testes na internet, com manual, folha de teste e etc., pois isso é motivo para desvalorizá-lo; fecha informando que o tema deve voltar na APAF e que os testes que estão na rede devem ser retirados do mercado; Alexandre Trzan acrescenta que os testes devem ser tirados de circulação, mas que não deve haver punição; Janaina informa que estão em SITE internacional e que se deve encontrar outra forma de lidar com a situação, mas acha o momento oportuno para levar a discussão para a APAF; Luciana informa que já ouviu alegações de que se ensina uma série de testes e avaliações psicológicas a pedagogos e que muitos profissionais no mercado estão utilizando esses testes: assistentes sociais, funcionários em




recursos humanos, enfim, qualquer um tem alcance ao manual de avaliação e também é uma questão de quem está utilizando. José Novaes informa que parece-lhe que o problema é mais grave e o que se coloca em discussão é toda uma área da psicologia que se fundamenta na ferramenta dos testes psicológicos; continua dizendo que na realidade a psicologia é uma ciência que não pode se basear apenas em técnicas, pois chega um determinado momento que estas já não têm validade; lembra que deve ser encaminhado ao Cristiano o que foi levantado; Juliana inquiri o por que dos testes estarem sendo disponibilizados e acha que deveriam ser usados para seleção, e não para eliminação; Luciana acha que vai além dos testes, pois concorda com o Novaes de que toda técnica tem tempo de validade; continua dizendo que não se deve transmitir essas técnicas para outras profissões, mas hoje a internet possui muitos autômatas e quem disponibilizou conhece o material; Juliana levanta que cabe denúncia; André achou que os testes só estavam sendo acessados por quem estivesse cadastrado e acha que isso seria viável se houvesse um cadastramento de psicólogos que pudessem ter esse acesso, sem cair no domínio público; Janne traz uma reflexão para a APAF, dizendo que em sua concepção existe a possibilidade de se defender a categoria ou de se jogar para a plateia os apontamentos que estão sendo levantados nessa Plenária, e diz que apóia que se faça uma defesa, empurrando a discussão para o grupo de trabalho. **Sem deliberação;** Janaina solicita que alguns pontos sejam acoplados por serem similares, para otimizar o tempo; José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 13 - DECISÃO FAVORAVEL CRA CONTRA PSICOLOGOS; após a leitura comenta que o prioritário é contestar (???) a sentença favorável; Luciana afirma que é questão para a categoria, já que hoje em dia qualquer profissional pode ministrar uma palestra sobre "coaching" para ensinar a como lidar com quase tudo; Janaina finaliza que dessa forma todo psicólogo que trabalha com recursos humanos terá que se inscrever no CRA; José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 14 – COACHING e após a leitura comenta a importância da delimitação quanto ao uso dessa técnica, por ser do psicólogo; Alexandre Trzan acha que é difícil mudar isso e considera mais preocupante o 'ato administrativo', pois causa um privatismo de práticas e exemplifica que para a psicoterapia o mais preparado é o psicólogo que mantém o foco no acolhimento; o ato sustenta que os recursos humanos e outros serão práticas só do administrador e se faz necessário um posicionamento dos psicólogos; Janne propõe que se jogue a discussão para a plateia, que se verta à valorização do psicólogo e que não se deixe cair nesse corporativismo; comenta que os três casos são complicados, pois envolvem não apenas as diferentes profissões, mas suas áreas de atuação e as resoluções que as norteiam. Deve-se medir forças com os administradores, pois a psicologia é para o psicólogo; Luciana afirma que é necessário um posicionamento e a apropriação das técnicas do psicólogo; diz que não defende o corporativismo e defende que se questione o "ato administrativo" e que se deve definir qual é o posicionamento do grupo; José Novaes lembra que às vezes as questões esbarram nas dificuldades burocráticas; que é levado à justiça e se perde; por isso, acha importante propor a discussão para todo o sistema conselhos; André levanta que há um conflito, pois defendemos que uma boa prática da psicologia é feita pelo psicólogo, sem incorrer nos erros de corporativar, mas defendemos que a prática seja privativa ao psicólogo; propõe que o grupo seja contra os atos e que se reflita de como dizer sobre a profissão sem invadir as outras áreas e aponta que a solução seja clarificar as práticas do psicólogos, defender os pontos a partir da apropriação da sociedade, deixando claro para a população quais são essas práticas; finaliza dizendo que o caminho não é fortalecer práticas que privatizam a profissão; Priscila questiona quanto à psicoterapia e Alexandre Trzan esclarece que qualquer um pode se denominar



um psicoterapeuta; complementa que o que pode ser feito pela APAF é o acompanhamento de qualquer lei ou resolução sobre o assunto; aponta que se deve esclarecer o papel do psicólogo para a mídia e levanta a possibilidade de interlocução com o Conselho Federal de Administração para esclarecimentos; Janaina comenta que a maioria dos profissionais que trabalham em RH é com recrutamento e o Conselho de Administração afirma ser uma prática deles, o que é preocupante; complementa refletindo que se deve esmiuçar quanto à prática que o administrador faz que o psicólogo não possa fazer; Alexandre Trzan informa que a justiça entendeu que o cadastro de PJ é uma prática do CRA; Jose Novaes informa que o CRA-RS não quer impedir a empresa de realizar o trabalho, mas quer que seja cadastrada no Conselho de Administração; Alexandre Trzan complementa que o entendimento do juiz abre precedente para a prática se tornar do administrador; Janne levanta que o problema é a clareza do que vai se feito por quem vai à APAF; diz que parece ser a questão a série de instrumentos que o CRP cobra à PJ que se inscreva e essas nem sempre concordam com essa necessidade; precisa-se ter claro que estão cobrando o que acham que é privativo e concorda com o André; aponta o fato de se poder defender o uso privativo dos testes, mas há uma distinção quanto ao coaching, que é uma técnica ao qual o psicólogo não é proprietário e não se pode defender como privativo; finalizou comentando que se deve ter cuidado ao se fazer ou pedir uma moção para garantir que haja transparência e a população não seja enganada como acontece com determinadas iniciativas que são publicizadas; Conceição afirma que como conselheira acha deve contribuir para esclarecer que a prática só possa ser feita por um psicólogo, na medida em que envolve um conhecimento específico; Fátima diz que, quanto ao corporativismo, defende que se deve primar pelos princípios e a ética da profissão e que é o corpo de psicólogos que precisa garantir o próprio espaço sem se perder; afirma que a profissão acaba sendo banalizada por se utilizar de um instrumento abstrato; finaliza dizendo que é necessário materializar qual é o papel do psicólogo e utilizar a força soberana do Conselho Federal para dar o apoio ao que é privativo da profissão; André afirma que se devem encontrar formas de fortalecer a profissão sem cair na armadilha de ser antidemocrático e aponta que se devem defender os pontos clareando para a população, assim como faz o Conselho de Medicina, e não agir sem transparência. **Deliberação:** foram realizados os seguintes encaminhamentos para a APAF: que seja realizado o acompanhamento dos projetos de lei que tratam das fronteiras com a profissão da Administração; que sejam realizadas campanhas de mídia para conscientização da sociedade quanto ao papel do psicólogo; que seja realizada articulação com o conselho federal e conselhos regionais de administração; José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 8 – RESOLUÇÃO QUE CRIA ESPECIALIDADE PSICOLOGIA SAUDE; após a leitura informa que a ABEP não pode credenciar cursos que deem título de especialista, mesmo sendo algo ligado ao conselho profissional; informa que essa discussão está na justiça, mas não sabe dizer se já tramitou e complementa que isso será discutido na APAF; Conceição solicita mais aprofundamento e Jose Novaes faz a leitura da minuta em anexo sobre a especialidade residência em saúde e a alteração da lei de título de especialista para acrescentar o título em ou da saúde; Janaina esclarece que a justiça afirma que nem o conselho federal nem a ABEP podem reconhecer um curso sem o reconhecimento prévio do MEC e complementa que também se quer tirar a ABEP como reconhecidora de curso para título de especialista; Conceição lembra que o ofício concedido ao CFP só garante a instituição dos cursos, independente da qualidade, que eram reconhecidos pela ABEP, para concessão do título e informa que em Minas Gerais uma liminar obrigou o conselho a entregar o título de especialista a todos os cursos reconhecidos pelo MEC; continua informando que os regionais



passaram a definir o título independente de estarem reconhecidos pela ABEP e as universidades também não se submetem ao aval desta; que o CFP autorizou o deferimento do pedido, mas entrou na justiça e, caso ganhe, os psicólogos perderiam esse título; acha que os profissionais deveriam ser informados disso; Janaina resume que o título que foi concedido mediante a liminar corre o risco de, no caso de cair a liminar, ser perdido; Conceição complementa que a questão do especialismo precisa ser ampliada dentro do sistema conselhos e acrescenta a informação do artigo nove, que garante ao psicólogo ter até dois títulos de especialista, que contraria o artigo dezessete, que diz que o título não é impeditivo, não pode interferir na atuação profissional; que em conversa com a advogada Célia levantou –se o interesse na discussão desse assunto, pois não tem nenhuma justificativa na resolução que impeça o psicólogo de ter mais títulos; Jose Novaes informa que a posição histórica do CRP-RJ é ser contra o especialismo, mas que começamos a perceber também certos aspectos práticos advindos do título, que distorciam a prática profissional, como a reserva de mercado; complementa que o fato de que não apenas os cursos credenciados na ABEP e sim todos os credenciados em Lato Sensu podem dar o título, fará com que toda ou grande parte da categoria possa tê-lo; acha que isso tira a qualidade e banaliza, causando outra distorção; Marília acrescenta que, segundo pesquisa, o título começou a produzir o resultado de empresas que só querem o profissional que possua o título; Janaina traz a memória da APAF de dois mil e oito, quanto foi exigido o título de especialista do trânsito para os (as) psicólogos (as) que trabalhavam na área. José Novaes lembra que apesar de ter sido colocado que não haveria prejuízo para os que já atuavam, não estava registrado na ata; Janaina informa que esta exigência foi mantida. **Deliberação:** levar todos os pontos que o CRP-RJ tem há anos apontado para discussão na APAF, mostrando as consequências e as distorções causadas pelo título de especialista; Alexandre Trzan procede com a leitura do documento de pauta do ponto 7 – PROJETO DE LEI DA TERCEIRIZAÇÃO; após a leitura do ponto de pauta, leitura do projeto de lei do CRP-SP: PL 4330/2004; Alexandre Trzan explica que trata-se basicamente de que hoje a prática da terceirização nas empresas públicas é comum, se terceiriza, o que não é uma contratação por concurso com edital publico; enumerara que o projeto em questão libera essa terceirização, acaba com a responsabilidade social e aponta os resultados que são a discriminação, os acidentes, roubos e outros; aponta que por esse projeto deveria ter igualdade de direitos entre os terceirizados e os contratados e finaliza informando que deve sair nota do Conselho Federal apontando ser contrario a esse projeto; Janaina comenta que se preocupa com a possibilidade do projeto passar, pois o DETRAN já está apostando na terceirização; informa que em dois mil e oito foram extintos os cargos de médico e psicólogo e que estes profissionais hoje são terceirizados; informa ainda que as condições para esses funcionários são piores, com salários mais baixos do que os contratados; Juliana informa que noventa e cinco por cento do psicólogos da Prefeitura são terceirizados e a contratação é feita através das ONGs, ficando o horário a cargo da chefia, diferente da questão das trinta horas para os assistentes sociais; Simone questiona se cabe realizar um movimento para fiscalização junto com o sindicato; Alexandre Trzan lembra que a campanha dessa gestão apontou a aproximação do conselho com o sindicato; Juliana fala sobre a situação do psicólogo no SUAS em relação ao assistente social, cargo para o qual houve concurso e equiparação salarial e o psicólogo não possui definição de sua atividade fim; Janne diz que é necessário estudar o analizador de porque o psicólogo foi perdendo espaço; Juliana lembra da criação da lei SIMAS no governo do Cesar Maia, fundamentando que o serviço social deveria ser atividade fim e psicologia deve ser só apoio; continua informando que por isso o psicólogo foi sendo retirado da gestão e sendo colocado só como nível



técnico; informa ainda que restou uma herança dessa época, já que o governo mudou e não houve conversa sobre o assunto; afirma que os psicólogos não se mobilizaram para tentar barrar na época; Alexandre Trzan sugere que a COTEC faça um levantamento disso para fomentar a discussão. **Deliberação:** foi referendada a execução de um levantamento do PERCURSO HISTÓRICO do PSICÓLOGO na ASSISTENCIA SOCIAL do Rio de Janeiro e o encaminhamento da lei do SIMAS - Sistema Municipal de Assistência Social, para embasamento; referendada também a verificação da existência do cargo de psicólogo nos DETRANS de outros estados e se este está inserido no Plano de Cargos e Salários; a conselheira Juliana ficará responsável pelo acompanhamento e à disposição para esclarecimentos; José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 6 – MAIORIDADE PENAL; após a leitura informa sobre a nota do conselho, o parecer técnico do CFP a respeito da emenda constitucional e informa a respeito do caderno sobre a redução da idade penal; finaliza informando que Vanda mandaria mais informação, pois o DEGASE está discutindo há tempos o assunto e teria subsídios para a discussão; Juraci afirma a sua preocupação com a temática porque prevê um aumento na internação de adolescentes em situações que antes eram resolvidas de outra forma; acha que a pesquisa do DEGASE poderia fazer mais e que tem outros pesquisando o assunto; Viviane lembra que houve repercussão do tema nas eleições; Alexandre Trzan aponta que o Sistema Conselhos de Psicologia é contra e pergunta porque o assunto está sendo discutido; Fátima pergunta qual é a fundamentação técnica para ser contra; Janne afirma a ineficácia dessa emenda, pois não diminui o crime; Viviane aponta que a responsabilidade pelo adolescente será retirada da sociedade (família, escola, igreja...) e Juliana informa que a proposta do deputado é a redução para treze anos; José Novaes complementa informando que nos EUA, muitos estados pediram a redução para até doze anos, mas não sabe se conseguiram; Janne diz que qualquer medida desse tipo e dirigida a um espectro da população e essa é a parte perigosa; lembra que ferramentas como o depoimento sem dano são indicativos, pistas de que a categoria faz diferença entre os "menores" e as "crianças"; Juraci traz a reflexão sobre argumento de que o adolescente tem de ser punido, o que é um argumento frágil e lembra que a medida socio-educativa é de três anos de internação e, no caso de reincidência, o adolescente pode ficar por até nove anos; Juliana comenta sobre a medida socio-educativa feita pelo CREAS que seria incluir esse adolescente em projetos, mas esse jovem não tem acompanhamento, por isso se pergunta como não haverá reincidência; acha que profissionais da psicologia corroboram para essa violação continuar, pois a culpa recai sobre esse adolescente que não quis fazer o que lhe foi oferecido; Viviane informa que só as UPPs vão receber oitenta e quatro bilhões para trabalhar com os jovens; Juraci diz que a lógica da exclusão fica no louco, no adolescente e no usuário, que são considerados os perigosos atuais, e Janne lembra que isso inclui os negros e pobres, também; Alexandre Trzan informa que a fundamentação é a nota pública e provavelmente será criado um grupo de trabalho no qual os regionais estarão presentes; aproveitou para trazer outra pontuação sobre uma moção a favor do aborto oriunda do CNP e passou como moção do Rio; afirma que o grupo tem de pautar alguns assuntos e começar a discutir-los como agenda para o próximo ano de forma que o Plenário tenha uma posição definida; José Novaes informa que não sabe quais serão os encaminhamentos e os objetivos do CRP-SP e historicamente o sistema conselhos é contra esse posicionamento; Janne argumenta que é diferente aprofundar a discussão no que se defende pois, contra ou a favor, a questão é a criminalização do cotidiano; acha que a discussão é mais abrangente e que deve se incluir nesses eixos; afirma que ninguém tem o direito de impedir o conselho de defender ou não qualquer tema; Alexandre Trzan aponta o nível de detalhamento que está sendo



solicitado e afirma que isso não é discutido em profundidade; acha que a construção deve ser realizada em conjunto; propõe que se pense na próxima reunião num tema para ser discutido no sábado pela manhã; Jose Novaes lembra que foi decidido no planejamento estratégico que seria estabelecida uma hora para trazer determinado ponto e discutir e Alexandre Trzan argumenta que os temas são muito abrangentes para serem discutidos em uma hora; **Sem deliberação;** José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 9 – CREPOP; após a leitura Marília informa que a reunião Nacional é importantíssima para a manutenção do CREPOP. **Deliberação:** encaminhamento para que o conselheiro José Novaes entre em contato com a conselheira Analicia para maiores informações sobre o Encontro Nacional do CREPOP; José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 10 – REVISÃO DA RESOLUÇÃO 001/2002; após a leitura informa dos questionamentos encaminhados pela Polícia Federal, pelo CESPE e instituições vinculadas ao tema da Avaliação Psicológica de que existe um conflito entre a resolução e um Decreto de 2009; sugeriu-se que fosse criada uma proposta única que contemple ambos – o decreto 7308/2010; informa que o texto foi apreciado em vinte e um de setembro desse ano e o prazo final expirou em dezoito de outubro, por causa de subsídios; Alexandre Trzan informa que participou da articulação para a alteração, mas a resolução do CFP não foi alterada e surgiu a proposta de alteração alinhada; Jose Novaes informa que houve mudança no decreto de 2009, mas ainda assim conflitava com a resolução, por isso foi criado um projeto de revisão que será discutido e aprovado na APAF; Alexandre Trzan acha que nesse caso a resolução não vai contra a categoria; Patrick lembra a autonomia do CFP e da legitimidade das resoluções, criadas a partir de questões técnicas, mas a lei está acima; Alexandre Trzan finaliza comentando que não se pode ferir um decreto. **Sem deliberação;** José Novaes procede com a leitura do documento de pauta do ponto 11 – ELEIÇÕES; após a leitura, informa que o objetivo é apresentar o balanço do processo; Alexandre Trzan complementa que há uma devolução técnica da relação de votos; Marília informa que a multa foi fixada em um centavo a ser colocada na cobrança da anuidade do ano que vem; informa ainda que essa demanda só será possível se a empresa OAK mandar um relatório de quem votou e justificou; finaliza que a partir desse relatório é que se pode ver uma forma de realizar essa cobrança; Viviane comenta que o valor banaliza o processo de votação e Marília complementa que a decisão vem através de ofício do CFP; Alexandre Trzan informa que houve apontamento de fraude e que será necessário fazer uma avaliação para saber se alguém teve acesso aos dados pessoais dos psicólogos e violaram o sistema; **Sem deliberação;** 1.6. **Reformulação do SITE: Deliberação:** foi autorizado que a Comissão de Comunicação Social proceda com os encaminhamentos necessários para contratação de profissional para reformulação do SITE do CRP-RJ; **2) Informes dos Grupos de Trabalho e Comissões: 2.1. COE: Processo nº 03/11:** parecer de arquivamento. **Deliberação:** Aprovado. **2.2. Comissão de Direitos Humanos – CDH: conselheira Janne,** presidente da Comissão. **Deliberação:** foram aprovados os nomes dos profissionais que trabalharão o tema “Diversidade Étnica e Diversidade de Gênero”. São eles: Rui Massato Harayama (Antropólogo, RG 33806942-2), Maria da Conceição Nascimento (CRP/0526929), Andris Cardoso Tibúrcio (CRP/0517427) e Priscila Bastos (CRP/0533804).
Tais profissionais trabalharão o tema fazendo parte da Comissão Regional de Direitos Humanos. Referendado o nome da Conselheira Andris Cardoso Tibúrcio (CRP 05/17427) como representante no Grupo de Trabalho Nacional Sobre a Internação Forçada de Usuários; **2.3. Fórum de População de Rua: Analicia Martins de Souza levantou a questão da** indicação da Julia Horta Nasser para o Fórum de População de Rua, que foi feita pela CDH, e informou que, conforme já havia sido deliberado anteriormente em reunião plenária, esse tipo de indicação diz respeito ao



Control Social; Janne informa que está tomando ciência dos trâmites, mas que nada impedia de ser contatada e informada sobre o equívoco; complementa que a indicação foi do Conselheiro Rodrigo e José Novaes informa que o mesmo não sabia dessa informação; Janne informou que a colaboradora indicada tem vindo às reuniões do CDH e sabe que a mesma vai às reuniões ampliadas do Controle Social; continua noticiando que tem mantido troca de e-mails com a Fernanda Haikal sobre o Fórum e a questão da Memória e Verdade; Alexandre Trzan complementa que a Comissão de Direitos Humanos deve estar próxima ao CRPPP e informa que houve desconhecimento do Rodrigo quando indicou a Júlia para o seu lugar; Janne informa que o Fórum de População de Rua está se articulando e conseguiu-se um viés que abre espaço para coordenar com os assistentes sociais; José Novaes informa que, dentro desses dois meses e meio de início d e Gestão, o Plenário está se ajustando e conhecendo o trabalho, a dinâmica do funcionamento; até lá, ocorrerão diferenças que espera que sejam resolvidas. **Deliberação:** O Plenário referenda a designação da colaboradora Júlia Horta Nasser (CRP 05/33796) para o FÓRUM DE POPULAÇÃO DE RUA e acrescenta que ela será mantida como colaboradora da Comissão de Direitos Humanos; Sem mais a acrescentar, a 543ª Reunião Plenária foi encerrada às vinte e três horas.//

JOSÉ NOVAES
Conselheiro-Presidente

José Novaes
Conselheiro - Presidente
CRP 05/980

RODRIGO ACIOLI MOURA
Conselheiro-Secretário

Rodrigo Acioili Moura
Conselheiro-secretário
CRP 05/33761